

AS CORRENTES DE PENSAMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS: Enlace com a Biblioteconomia

Gabrielle Francinne de S. C. Tanus

Doutora em Ciência da Informação
Bibliotecária do Sistema de Bibliotecas
Universidade Federal de Minas Gerais
gfrancinne@gmail.com

Artigo de Revisão

Resumo

O conhecimento científico apresenta certas características que as distingue dos demais tipos de conhecimentos. A historicidade das ciências revela, também, certas particularidades, com ênfase, neste trabalho, nas Ciências Sociais e Humanas. Objetiva-se, assim, expor de maneira sucinta a história das ciências e os aspectos que qualificam o conhecimento científico, para, posteriormente, apresentar as correntes de pensamento e algumas produções da Biblioteconomia que buscaram um enlace com as Ciências Sociais e Humanas. São múltiplas as possibilidades de diálogos da Biblioteconomia com as diversas correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas. Espera-se ter contribuído para iluminar a inserção da Biblioteconomia dentro dessa classificação mais ampla de “Ciências Sociais”. Esse esforço de aproximação da Biblioteconomia com as correntes de pensamento pode fortalecer o modelo teórico-epistemológico deste campo científico. Deseja-se que mais trabalhos sejam realizados nessa direção de convocar os estudos teóricos e conceituais do campo da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas.

Palavras-chave

Biblioteconomia. Conhecimento científico. Ciências Sociais e Humanas.

1 HISTÓRIA DA CIÊNCIA & CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Na história da ciência a preocupação com o conhecimento remonta aos primeiros filósofos pré-socráticos da Grécia antiga. Eles buscavam compreender, sobretudo a natureza, o mundo, as coisas ao redor e o ser (ontologia). Destacando-se, nesse momento, nomes como os de Heráclito, Parmênides, Demócrito, Sócrates, Platão e Aristóteles. Este último definiu ainda três campos dos conhecimentos como o teórico (ligado à contemplação, observação, sem ação de agir ou interferência), prático (referente às ações humanas) e técnico (envolve a fabricação de

objetos e instrumentos de trabalho humano). Conforme Chauí (1999) nesse período antigo ou conhecido como ciência clássica, os conhecimentos científicos estavam intimamente relacionados com a Filosofia, com a ordem do pensamento filosófico.

Assim, a Filosofia poderia ser vista, naquele momento, como sinônimo de ciência, pois no início Filosofia e Ciência não se distinguiram, ficando integradas numa mesma forma discursiva, tendo como objetivo a contemplação dos seres naturais, sem a intervenção neles ou sobre eles por meio de processos técnicos (CHAUI, 1999). Com o desenvolvimento dos saberes, o conhecimento como objeto de estudo tornou-se o

foco da disciplina específica dentro do campo da Filosofia nomeado de “Teoria do conhecimento”, tendo como representantes iniciais os filósofos modernos Francis Bacon e René Descartes, considerados fundadores da “ciência moderna”. Essa delimitação iniciada no século XVI cujo centro é o conhecimento e o sujeito cognoscente, como expresso na frase “Penso, logo existo”, de Descartes, demonstra um esgotamento dos modelos anteriores de ciência, a clássica e a medieval.

O modelo medieval de ciência instaurado no próprio período da Idade Média tinha como principal característica a inspiração cristã na formação do pensamento, a superioridade da fé, em vez do saber e da razão. Portanto, a reflexão sobre o conhecimento estava condicionada ao conhecimento religioso e teológico. O conhecimento religioso “introduziu algumas distinções que romperam com a ideia grega de uma participação direta e harmoniosa entre o nosso intelecto e a verdade, nosso ser e o nosso mundo [...]” (CHAUI, 1999, p.124), o que levou a um questionamento ainda mais agudo sobre o conhecimento e a relação com o sujeito do conhecimento na Idade Moderna. Em síntese, a ciência, pois, é uma forma de conhecimento que, compreendida num sentido mais específico, surge historicamente no século XVI, dentro do processo da modernidade de ruptura com o mundo feudal e eclesiástico, embasada filosoficamente pelo iluminismo e originada com o renascimento. (ARAÚJO, 2006).

Assim, para prosseguir em um caminho de conhecimento científico a ideia do método foi de fundamental importância para: “assegurar a reforma do intelecto para que este siga o caminho seguro da verdade”; “oferecer procedimentos pelos quais a razão possa controlar-se a si mesmo durante o processo de conhecimento”; “permitir a ampliação ou o aumento dos conhecimentos graças a procedimentos seguros”; e, “oferecer os meios para os novos conhecimentos possam ser aplicados” (CHAUI, 1999, p. 128). Nascia, então, a ciência moderna, que não visava apenas o conhecimento teórico, mas, sobretudo a aplicação prática e técnica

do desenvolvimento científico. Segundo Chauí (1999, p. 222) “a ciência moderna nasce vinculada a ideia de intervir na natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la. A ciência não é apenas contemplação da verdade, mas, sobretudo o exercício do poderio humano sobre a natureza”.

Essa necessária distinção entre o conhecimento científico de outras formas de conhecimento como o filosófico, o religioso e o do senso comum é de fundamental importância para o seu desenvolvimento e constituição de suas características. Embora a base desse processo seja similar, no qual deriva de uma atividade humana de apreensão e interpretação de uma determinada realidade, o conhecimento científico nasce justamente da necessidade de superar as limitações das outras formas de conhecimento (ARAÚJO, 2006). O conhecimento científico, portanto, é aquele “conhecimento obtido pelo raciocínio, investigação, experimentação, obtidos metodicamente, pois não se adquire ao acaso ou na vida cotidiana, mas mediante regras e procedimentos técnicos” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 22), diferente do conhecimento vulgar ou do senso comum que vincula a um saber cotidiano, adquirido sem um método, mas sim de modo espontâneo e corrente do contato com as pessoas e as coisas. Outra distinção entre o conhecimento científico do conhecimento religioso ocorre com a negação do princípio da autoridade e de verdades unilaterais, em que o sujeito recebe o conhecimento proferido por outro homem dotado de um conhecimento submetido à fé e à religião, e por isso valorativo e subjetivo (ARAÚJO, 2006).

Pode-se dizer, então, que o conhecimento científico “distingue-se, assim, dos demais, devido as suas singularidades do processo de conhecer, que requer métodos, instrumentos e metodologia” (ARAÚJO, 2006, p. 127). Conhecimento este que é fruto de um trabalho sistemático, de um “saber ordenado logicamente formando um sistema de ideias (teoria) e não conhecimentos dispersos e desconexos”, que busca a objetividade em vez da subjetividade, afastando-se

de conhecimentos singulares e de relações de causa e efeito, mas de conhecimentos que possam ser generalizados, de caráter universal e que possam ser verificados por outros por meio da razão e da experimentação (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 21). Em decorrência da apreensão diferenciada dos fatos científicos a própria ciência seguiu um caminho de especialização de seus conhecimentos, de modo que objetos diferentes reclamam conceitos de naturezas diferentes, produzindo cisões e compartimentalizações no conhecimento científico e em disciplinas científicas (CHAUI, 1999). Como a separação entre as ciências inorgânicas (que estudam o mundo físico), orgânicas (que estudam o mundo biológico, isto é, tudo que tem vida) e superorgânicas (que estudam o mundo social) (CHAUI, 1999) ou ainda em ciências factuais formais e factuais, que se dividem em naturais e sociais (MARCONI; LAKATOS, 2005).

Sobremaneira, os dois modelos distintos de se fazer ciência trilhavam caminhos diferentes: o racionalismo e o empirismo. O primeiro focava na elaboração de um pensamento teórico de uma realidade como fonte da verdade e o segundo enfatizava a experiência sensorial, a observação, como mecanismo de elaboração de um juízo de valor (SALCEDO; CRUZ, 2017), e, segundo estes autores, foi justamente essa dicotomia entre teoria e prática que contribuiu para ampliar a cisão ou bifurcação das realidades e do pensamento científico que tende a separar aquelas instâncias. Contudo, ambos possuíam o mesmo pressuposto: o desvelamento da realidade, a ciência era vista como o mecanismo para a apreensão total de uma realidade, o que passa a ser questionado no século XX. Neste século, outra concepção de ciência entra em cena, a construtivista, “cujo modelo de objetividade advém da idéia de razão como o conhecimento aproximativo” (CHAUI, 1999, p. 221), tornando indispensável à construção de vários modelos explicativos para a compreensão da realidade, que será aproximativa e corrigível. O objeto científico, por sua vez, é um modelo construído e não uma representação do real, mas uma aproximação da realidade que é

localizada no tempo e espaço. É com esse pensamento que as Ciências Sociais e Humanas encontram-se seu papel diferenciador e de distinção em relação às ciências naturais e exatas, que estudam o mundo físico e que possuem objetos, métodos e metodologias mais estáveis e passíveis de verificação e controle.

A centralidade nos estudos das ações humanas e suas relações sociais como objeto de estudo é recente no cenário científico, tendo surgido apenas no século XIX (CHAUI, 1999). Em contrapartida, as ciências naturais e exatas já haviam se constituído e consolidado nesse momento, o que conduziu a uma forte influência desde a lógica da construção do pensamento ao modo de abordar os fenômenos das Ciências Sociais e Humanas sob esse olhar das ciências naturais. Dessa forma, o homem deveria ser apreendido por meio da “Física Social”, termo criado pelo filósofo Augusto Comte, que objetiva a compreensão da vida social a partir dos métodos das ciências naturais e exatas. Essa sociologia positivista (iniciada por Comte e desenvolvida como ciência pelo francês Emile Durkheim) estudava a sociedade como fato afirmando que o fato social deveria ser tratado como uma coisa à qual são aplicados os procedimentos de análise e síntese criados pelas ciências já consolidadas¹.

No decorrer do século XX, a estabilidade conferida às ciências passou a ser questionado devido às suas próprias limitações em face das novas descobertas de cientistas como Einsten, Heisenberg, Bohr, Godel, Prigogine e outros que passaram a questionar o modelo cartesiano, e consequentemente, o pilar do “paradigma dominante” da

¹ Vários são os livros que abordam o processo de constituição e história das ciências sociais, em especial, recomenda-se o livro de Anthony Giddens. **Sociologia**. 2.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. E para saber mais, de modo didático, sobre o pensamento dos clássicos sugere-se **Um toque de clássico: Durkheim, Marx e Weber**, de Tania Quintaneiro, Maria Lígia de Oliveira Barbosa, Márcia Gardênia Monteiro Oliveira (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2011. Ademais, vale a pena ressaltar que a consulta de tais livros não dispensam a leitura dos originais, da vasta produção de cada um dos autores/teóricos das Ciências Sociais.

ciência, bem como o mito da objetividade, da possibilidade de se estudar um objeto sem perturbá-lo, bem como a ideia de tempo e espaço absolutos. Vasconcellos (2002) discorre que os conceitos como os de simplicidade, estabilidade e objetividade das ciências clássicas passaram a ser substituídos por conceitos como os de complexidade, instabilidade e intersubjetividade, caracterizando o novo paradigma das ciências emergentes. Araújo (1996) acrescenta ainda que as condições sociais como as duas guerras mundiais, os regimes totalitários, os desastres ecológicos, a submissão da ciência a interesses militares e econômicos, levaram a uma perda do interesse do conhecimento científico tal como vinha sendo produzido. Com tantas transformações no cenário social e científico a redução das Ciências Sociais e Humanas às Ciências naturais tornou-se algo insustentável, conduzindo a uma “crise de teorias, modelos ou paradigmas” e uma crescente produção dessa área por diversos autores de diferentes filiações teóricas (I-ANNI, 1990, p. 1), e em diferentes países².

Em lugar das teorias globalizantes, das leis universais, as Ciências Sociais passaram a focalizar micro realidades, o sujeito, em especial, a Sociologia que “cabe eleger como objeto a ação social, o ator social, o movimento social. E abandonar o sistema de grandes conjuntos, os conceitos abrangentes, a visão macro da sociedade” (IANNI, 1990, p.2). Desse modo, dentro desse contexto social e humano, abordar os fatos é compreender que os fenômenos são construções históricas, culturais e sociais, e que a apreensão da realidade é parcial, pois apenas nos aproximamos da realidade em constantes processos de mudanças. Em suma, há uma multiplicidade de quadros teóricos das Ciências Sociais e Humanas que buscam sistema-

tizar as correntes ou escolas de pensamento, configurando-se em característica daquele campo, que se distancia de explicações únicas para os fenômenos sociais.

2 CORRENTES DE PENSAMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Segundo Costa (2005) os diferentes modelos teóricos das Ciências Sociais e Humanas iluminam determinados aspectos da realidade social, oferecendo diferentes perspectivas que se complementam. Para Gil (2011), essa variedade de correntes teóricas de pensamento das Ciências Sociais decorre, sobretudo, da complexidade de seu objeto – o ser social. Diversos são os autores que trabalham com as correntes das Ciências Sociais e cada um com sua maneira de sistematizar, a saber: Demo (1995); Domingues (1995); Levine (1997); Minayo (1999); Vila Nova (1999); Lincoln; Guba (2006); Giddens (2008); Lallement (2008); Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009); Collins (2009); Sell (2009); e, Gil (2011). A título de demonstração, apontam-se, de modo breve, os quadros de referências trabalhados pelos autores citados, os quais retomam os clássicos das Ciências Sociais e Humanas, seja de modo explícito ou implícito para discorrer sobre as correntes de pensamento.

Demo (1995) menciona a dialética; o empirismo e o positivismo; o estruturalismo; a abordagem sistêmica e funcionalista; e, também, abordagens alternativas que são a hermenêutica e a fenomenologia. Domingues (1995) cita os seguintes paradigmas: o positivismo; a hermenêutica; a dialética; e o estruturalismo, os quais formam uma espécie de “círculo matricial” das Ciências Humanas. Levine (1997) aborda sete tradições: a tradição helênica; a britânica; a francesa; a alemã; a marxista; a italiana; e a americana. Minayo (1999) discorre sobre as abordagens: positivista; crítica; compreensiva; e sistêmica. Vila Nova (1999) cita quatro matrizes: a positivista; a materialista-dialética; a neokantiana; e a pragmática. Lincoln; Guba (2006) apontam quatro correntes: positivismo; pós-positivismo; teoria crítica; e construtivismo.

² O próprio conhecimento científico como única forma de conhecimento autorizado passou a ser questionado, sendo proposta uma aproximação de ambos os discursos em benefício mútuo das partes. O modelo tradicional da ciência ou de uma “Sociologia das ausências”, fonte de apagamentos e sedimentação de cânones, é questionado e tem uma abertura mais interessante por meio da compreensão de uma “Sociologia das emergências”, conforme defende Boaventura de Souza Santos (2002).

Giddens (2008), na esteira dos clássicos: Durkheim, Marx e Weber, apresenta as perspectivas sociológicas mais influentes: o funcionalismo; a perspectiva do conflito; e a perspectiva da ação social. Collins (2009) se refere a quatro tradições: a tradição do conflito; a tradição racional-utilitarista; a tradição durkheimiana; e, por fim, a tradição microinteracionista.

As autoras Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2009) discorrem a partir dos clássicos: Durkheim, Marx e Weber, que são considerados os principais representantes do positivismo, marxismo e da sociologia compreensiva respectivamente. Sell (2009) também elege os clássicos Durkheim, Marx e Weber e define três epistemologias: a epistemologia marxista/dialética; positivista/naturalista; e weberiana/hermenêutica. Gil (2011) apresenta as seguintes correntes de pensamento: a funcionalista; a dialética; a interacionista simbólica; e a construtivista estruturalista. Lallement (2008) é também um dos autores que trabalham com as correntes de pensamento das Ciências Sociais e apresenta a seguinte sistematização: Ordenamento do social; Contradição do social; e, Construção do social. Tais denominações representam um conjunto de orientações teóricas semelhantes em razão de um “estilo de pensamento” ou “visão de mundo”, que tornam possível esse agrupamento em torno daquelas três correntes de pensamento das Ciências Sociais e Humanas, as quais olham para o macrosocial (as duas primeiras) e para o microssocial (terceira corrente). As abordagens macro são assim denominadas em virtude de olhar para um todo social, para as grandes estruturas e sistemas, por outro lado, as abordagens micro lançam luz a pequenos grupos, aos indivíduos, vistos como construtores das relações sociais e simbólicas.

3 A BIBLIOTECONOMIA & AS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Na Biblioteconomia não são numerosos os estudos que buscam uma correlação entre este campo com as categorias de pensamento das Ciências Sociais e Humanas,

quando se relaciona com a própria compreensão ou dimensão da Biblioteconomia como um campo científico. Os estudos quantitativos ou bibliométricos que buscam mapear e delinear a produção das temáticas e dos métodos de pesquisa da área apontam a predominância de pesquisas empíricas e práticas, voltadas para a solução de problemas profissionais e/ou de cunho imediato, tendo um número reduzido os estudos voltados para o próprio campo (DELGADO LOPEZ-COZAR, 2002). Dentre os trabalhos selecionados intencionalmente para expor, neste momento, esse diálogo (Biblioteconomia & Ciências Sociais e Humanas) estão: Mostafa (1986); Serqueira Ortiz (1988); Sander (1989); Mostafa, Lima e Maranon (1992); Castro (1995); Silva e Silva (2010); e, Araújo (2013, 2014)³. Nessa direção, vale a pena ainda destacar a tese “Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas”, que buscou analisar nove livros, sendo três do Brasil, três do México e três dos Estados Unidos da América, discutindo o pensamento dos autores⁴

³ Outros livros e/ou produções poderiam ter sido convocados, como, por exemplo: **Biblioteconomia, educação e sociedade** (1993) de Francisco das Chagas de Souza; **Biblioteconomia: dimensão social e educativa** (1993), de Fátima Portela Cysne; os artigos de Maria das Graças Targino publicados no livro **Olhares e fragmentos: cotidianos da Biblioteconomia e Ciência da Informação** (2006), os livros de Jonathas Luiz Carvalho Silva, **Uma análise sobre a identidade da biblioteconomia: perspectivas históricas e objeto de estudo** (2010) e **Tópicos em Biblioteconomia e Ciência da Informação: epistemologia, política e educação** (2016). Outras produções nacionais e internacionais podem e devem ser lidas e analisadas à luz da discussão com as Ciências Sociais e Humanas, mas devido às limitações espaciais deste texto, optou-se nesse momento na seleção supracitada no texto, deixando a via aberta para trabalhos futuros.

⁴ Os livros selecionados foram: BUTLER, Pierce. **Introdução a ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971. SHERA, Jesse H. **Los fundamentos de la educacion bibliotecologica**. México: UNAM, Centro universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1990. LANKES, David. **Expect more: melhores bibliotecas para o mundo complexo**. 2015. Tradução de Jorge do Prado. (Estados Unidos da América). FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007. MILANESI, Luiz. **Ordenar para desordenar: centros de cultura e**

em conexão com as correntes das Ciências Sociais e Humanas, a saber: Ordenamento do Social; Contradição do Social e Construção do Social.

Mostafa (1986) traz à discussão junto, da Biblioteconomia duas correntes filosóficas: neokantismo e o neopositivismo, saindo, por fim, em defesa do marxismo. A diferença do neopositivismo para o positivismo é a emergência do policiamento sobre a linguagem e sua significação como expressão da produção científica, enquanto o neokantismo busca diminuir a dicotomia entre o embate da razão como forma de conhecimento dos racionalistas *versus* a experiência advinda dos empiricistas positivistas, que defendiam a experiência e a verificação física de seus enunciados como única forma de produção do conhecimento científico, tal como os fisicalistas do Círculo de Viena. Para a autora, ambas as correntes nascidas em contraposição ao positivismo acabaram por eivar a razão e a experiência sensível de um tempo e espaço definidos e de categorias como totalidade, historicidade e contradição, proposta por Karl Marx. Assim, “concebem o objeto e o sujeito de forma estática e imóvel, fixa, e nem um nem outro passam pelo seu ser-outro. O objeto é entendido enquanto apenas objeto sem nada de subjetivo. Igualmente o sujeito é entendido como uma razão formal sem nada ter de objetivo” (MOSTAFA, 1986, p. 188).

No século XIX, a Biblioteconomia na mesma direção das outras ciências que se inspiraram no modelo positivista para a autonomia diante do campo das ciências, constrói seu objeto de estudo de modo positivo e fisicalista, o que a torna reacionária e con-

servadora de seu próprio objeto (MOSTAFA, 1986). Modelo este que busca ainda a duplicação do real, como, por exemplo, as classificações bibliográficas que ilustram essa aproximação rápida e grosseira do que significa a biblioteconomia positivista. A autora defende uma mesma postura epistemológica às ciências físicas ou sociais, apoiada na máxima de Marx de que só existe uma ciência: ciência da história. Os conhecimentos distantes da dicotomia razão e experiência passam a ser vistos como resultados da interação dos homens com a natureza e deve por isso mesmo ser sempre remetidos às relações de produção, isto é, as relações de sobrevivência dos homens às relações de trabalho (MOSTAFA, 1986).

Sequeira Ortiz (1988) defende que a Biblioteconomia é diferente daquela exercida nos séculos anteriores, contudo ainda carece de uma teoria do conhecimento que a fundamente e possibilite maior compreensão dos bibliotecários, de suas práticas, bem como das bases epistemológicas da área, do lugar da disciplina e sua relação com outras disciplinas; entender a historicidade da Biblioteconomia é fundamental para a sua projeção diante das mudanças, sobremaneira com o advento dos computadores e das telecomunicações. Para tanto, a autora relaciona quatro modelos/métodos teóricos das Ciências Sociais e Humanas com a Biblioteconomia, os quais são: positivismo; crítico; estruturalismo; e, teoria geral dos sistemas. Cada um desses modelos ocasionou na Biblioteconomia uma maneira diferente de desenvolvimento da área, inclusive de sua aplicação em bibliotecas e posturas do profissional bibliotecário.

Segundo a autora, já citada, o positivismo foi a primeira teoria científica no campo das Ciências Sociais muito utilizada na Biblioteconomia, pelo menos até começarem as críticas sobre esse modelo, que era visto como o ideal, tanto para às ciências naturais e físicas como para as humanas. Com pretensões de um método universal e único às ciências, a busca constante de objetividade reverberou na concepção da informação como objeto externo ao usuário e no bibliotecário como um ser passivo, neutro

bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1986. ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis, 1997. (Brasil). RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. **Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología**. 2 ed. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. BROWN CÉSAR, Javier. **Elementos para una teoría bibliotecaria**. México: Escuela Nacional de Biblioteconomia y Archivonomía, 2000. ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. **Estudios epistemológicos de bibliotecología**. México: UNAM, Centro universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. (México).

diante desse contato do usuário com a informação. Além do mais, o maior impacto do positivismo se revela no desenvolvimento dos instrumentos de classificação bibliográfico, ainda no século XIX, nas figuras de Dewey e Cutter, esquemas que proporcionavam a fixação dos itens em lugares específicos e davam uma visão de conjunto dos acervos (SEQUEIRA ORTIZ, 1988). Outra relação entre o positivismo e a Biblioteconomia fez com que as bibliotecas se distanciassem da ideia de sistemas ou redes, mantendo-se fechadas, cada uma em sua realidade, sendo vistas como pequeno pedaço do mundo (SEQUEIRA ORTIZ, 1988).

Com a introdução das tecnologias, dos computadores e a ação dos documentalistas com os serviços de documentação, a Biblioteconomia começou a incorporar métodos alternativos e novas possibilidades de estudo. A própria visão da informação é deslocada à ideia de dados processados segundo certa estrutura devendo ser interpretados na tomada de decisões. Assim, o método crítico contrapõe-se à teoria tradicional, na medida em que destaca ser a Biblioteconomia não uma ciência descritiva e sim explicativa, assumindo o contexto como elemento fundamental. Por sua vez, a informação é interpretada segundo o arcabouço de conhecimento dos sujeitos, tal como o conhecimento, que é mediado pela experiência e prática de uma dada época, segundo interesses sociais. Sequeira Ortiz (1988) apresenta que na Biblioteconomia essa proximidade com o modelo crítico trouxe o conceito de informação social e histórica, importante à tomada de decisão, por sua vez, a biblioteca também amplia seus horizontes com a introdução da concepção de ambiente organizacional e de seu papel como instituição transformadora da sociedade. O bibliotecário passou a questionar sobre suas ações informativas, que não são vistas como mais neutras ou puramente objetivas. No plano da organização da informação, o questionamento dos esquemas de classificação abriu espaço aos vocabulários livres, como os unitermos e índices KWIC (SEQUEIRA ORTIZ, 1988).

O estruturalismo constitui também outro modelo diferente do modelo tradicional do pensamento, que rompe com categorias estáveis para discutir os elementos em interação dentro de um sistema. Desse modo, o estruturalismo possibilita a realização de uma análise sistemática dos elementos que, por estarem dentro de uma estrutura, permitem a previsibilidade de mudanças e a explicação de partes e do todo interconectado. A partir da análise do método estruturalista, a realidade é estudada de modo flexível e mais amplo, cujas estruturas estão inseridas em situações localizadas num tempo e espaço. Sequeira Ortiz (1988) diz que, na Biblioteconomia, o estruturalismo tem sido exitoso no âmbito das bibliotecas escolares, porque coloca a biblioteca e o bibliotecário integrados dentro do sistema, rompendo com a visão tradicional de biblioteca para uma visão de centro de recursos de aprendizado e o profissional como orientador de aprendizagem, ambos pertencentes ao currículo integrado. Outra importante contribuição do estruturalismo é a discussão sobre sistemas micro e macro e da função que a biblioteca desempenha dentro do sistema social (SEQUEIRA ORTIZ, 1988).

A teoria geral dos sistemas, que guarda afinidades com o estruturalismo, pode ser vista como outro enfoque científico acolhido por muitas ciências, tanto puras como aplicadas e mais tardiamente, vigorosamente pelas ciências sociais na tentativa de superação do positivismo. A teoria geral dos sistemas considera a totalidade, sem desprezar os elementos que compõem o sistema, os quais não são vistos de modo isolado, mas sim de maneira integrada e interdependente. Nessa direção, uma das maiores contribuições da teoria dos sistemas a todas as ciências foi a de possibilitar a interação entre variáveis a descoberta de que o que afeta uma parte do sistema, também atinge todo ele (SEQUEIRA ORTIZ, 1988). Na Biblioteconomia esta teoria reverbera com a visão de biblioteca pertencente a um sistema maior e ainda dá forma ao sistema composto de subsistemas de entrada, processamento, armazenamento e saída. Dentre os subsistemas da biblioteca, os quais seguem funções defi-

nidas, estão os subsistemas de seleção; aquisição; processos técnicos; circulação e referência; publicações periódicas; audiovisuais; e, administração (SEQUEIRA ORTIZ, 1988). Contudo, apesar da proposta de superação segundo a autora, pode-se questionar se realmente com estas correntes de pensamento, estruturalismo e teoria dos sistemas, há uma mudança significativa e em outra direção do positivismo e de um funcionalismo, pois parece mais um continuísmo de um modelo tradicional dentro da Biblioteconomia.

Ademais, segundo Serqueira Ortiz (1988) a biblioteca passa a ser vista como um sistema complexo e aberto em constante troca com o meio onde está inserida; os elementos em interação têm como objetivo um fim comum que é recuperar, processar, armazenar e disseminar a informação existente, a fim de que a mesma seja útil a alguém em algum momento (SEQUEIRA ORTIZ, 1988). Assim, sob o aporte da teoria dos sistemas, a biblioteca faz parte de um sistema maior, sistema econômico, social, político onde está inserida, bem como é ela mesma um sistema composto por vários subsistemas que, juntos, visam dar acesso à informação ao usuário. Essa visão de biblioteca segundo a autora ampliou a maneira de inserção na biblioteca e seu impacto na sociedade, diferente daquela de biblioteca fechada em si mesma, pois com a análise de sistemas pode avaliar os subsistemas ou mesmo o sistema como um todo, por meio da retroalimentação, mantendo-a sempre em equilíbrio e na direção desejada. Serqueira Ortiz (1988) afirma que a Biblioteconomia vem desenvolvendo *pari passu* com o campo das Ciências Sociais, apresentando características comuns a sua grande área, revelando o constante movimento de adaptação às novas teorias, alterando inclusive as visões sobre a biblioteca, o bibliotecário e a Biblioteconomia.

Na mesma direção, Sander (1989) demonstra que a Biblioteconomia fora marcada em um primeiro momento pelo empirismo, pela busca do conhecimento a partir da experiência, notadamente, de caráter positivista. Essa autora se debruça sobre a estru-

tura teórica da Biblioteconomia, buscando demonstrar o modelo científico por detrás das teorias e a sua conexão com o contexto cultural, político e econômico. Manifesta, então, a forte presença do pensamento de Francis Bacon nos estudos biblioteconômicos, devido ao uso do método experimental e de sua classificação de ciência, que reverbera nos esquemas de classificação no final do século XIX. O método experimental consistiria no caminho à obtenção do conhecimento, sendo a observação e a experiência os pilares à construção científica que, por sua vez, resultaria em modelos descritivos de interpretação da realidade de modo localizado, advindo da empiria. Tal método experimental acaba por rejeitar as explicações universais e advindas da abstração, do pensamento, assim como as explicações anteriores aos fenômenos. No campo da Biblioteconomia, Sander (1989) aponta que esse método conformou aquela área como uma disciplina técnica formal de caráter aplicado, isto é, em uma “Biblioteconomia burguesa”, que exclui os estudos sobre os efeitos da circulação de livros e seus impactos sociais.

De maneira aplicada, o método experimental transparece nos esquemas de classificação, como os modelos de W.T. Harris e Melvil Dewey, que tinham como objetivo resolver as necessidades estruturais, imediatas e funcionais de bibliotecas específicas (SANDER, 1989). As preocupações com o cumprimento das funções das bibliotecas, de uma Biblioteconomia normativa e utilitária da atividade do bibliotecário, acabaram por gerar pesquisas baseadas nos métodos quantitativos, o que impedia o fortalecimento de uma base teórica integrada e de caráter compreensivo. Na década de 1970, a Biblioteconomia, de modo mais ostensivo, apresentou esforços teóricos, tendo a intenção de fortalecer sua estrutura teórica que, na prática biblioteconômica, mostrava-se mais avançada. Dentre os autores da área está SHERA, que buscava discutir a Biblioteconomia a partir da perspectiva funcionalista, defendendo-a como a atividade que se ocupa da máxima eficiência e utilidade social dos registros gráficos.

Sander (1989) revela que as produções científicas da Biblioteconomia estão imbricadas aos contextos de produções e, naquele primeiro momento, as produções de classificações bibliográficas coadunavam com o pensamento científico da época. Porém essas aplicações e pesquisas voltadas à prática acabaram por gerar uma falha na estrutura teórica da Biblioteconomia que, no século XX, passou a ser produzida de modo mais reflexivo, sistemático e com efeitos mais generalizantes como quer a ciência. Não obstante, um dos obstáculos da Biblioteconomia está relacionado à continuidade de novas produções ou mesmo ao aprofundamento de produções anteriores realizadas, assim como a falta de clareza da teoria da Biblioteconomia como área científica (SANDER, 1989).

Mostafa, Lima e Maranon (1992) trabalham com o conceito de paradigma na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, com destaque para o funcionalismo e behaviorismo, os quais se aproximam, respectivamente, da Sociologia e da Psicologia, constituindo-se em dois aportes teóricos e práticos ao desenvolvimento de pesquisas na área. Essas duas correntes de pensamento são absorvidas pela Biblioteconomia e Ciência da Informação na sua vertente biológica, que enxerga a sociedade e o homem como um organismo; ambos “se baseiam na noção biológica de equilíbrio, de adaptação do homem ao meio, de interação. Funcionalismo e behaviorismo não se rompem, porque há como que uma passagem contínua do biológico ao social” (MOSTAFA; LIMA; MARANON, 1992, p. 216). Assim, a fim de demonstrar essas manifestações na área, os autores abordam pesquisas com as seguintes temáticas: conceituação, hábitos de leitura, satisfação no trabalho, definição de alvos e autoimagem do bibliotecário.

Além disso, essas correntes de pensamento, “empírico-analíticas”, detêm inúmeros problemas ao serem utilizadas nas pesquisas de Ciências Sociais e Humanas, como é o caso da Biblioteconomia. Entre esses problemas estão: 1) historicidade das categorias tidas como naturais e biológicas. 2) questionário, essa “vara curta”. 3) senso

comum tomado por concreto. 4) o cognitivismo e o psicologismo têm primazia sobre os processos históricos-sociais; 5) autonomia absoluta (e não relativa) das instituições, dos processos e dos indivíduos. 6) concepção de homem como indivíduo isolado e não como um conjunto de relações sociais (MOSTAFA; LIMA; MARANON, 1992). Embora, esse estudo consiga aclarar as limitações dessa abordagem no campo das Ciências Sociais e Humanas, em particular, nos estudos desenvolvidos na Biblioteconomia, Lima (1994, p. 12) aponta que “O silêncio existente na Biblioteconomia impressiona. Inexiste qualquer discussão em Biblioteconomia, onde o autor analisa conceitos como empirismo, funcionalismo, sistemismo e dialética”, salvo algumas exceções, como os trabalhos de Mostafa, em especial, a tese “Epistemologia da Biblioteconomia” de 1985.

Nessa direção, Castro (1995) critica os estudos realizados na Biblioteconomia, os quais em grande parte seguem o “paradigma da simplificação”, limitando-se a uma descrição e análise de dados quantitativos. Esse modelo influenciado pelas vertentes clássicas das Ciências sociais, como o marxismo ortodoxo, positivismo e funcionalismo reverbera na Biblioteconomia com pesquisas que procuram responder “uso ou não da coleção, grau de (in)satisfação dos leitores, impacto da automação na biblioteca, dentre várias outras que procuram medir graus de eficiência dos serviços ou da necessidade de adaptação/criação de outros” (CASTRO, 1995, p. 81). Logo, pelas pesquisas realizadas demonstrando o visível, o aparente, sendo que o cotidiano das bibliotecas é exposto através de uma racionalidade científica, como se fossem fenômenos naturais, capazes de predizer um futuro a partir de uma realidade estável e coesa.

Assim como uma alternativa ao modelo cartesiano de pesquisa, Castro (1995) defende o uso de uma metodologia nomeada de Teoria do Cotidiano, influenciada pelos campos da Antropologia, Educação e Comunicação. Com esse olhar mais específico, busca-se justamente uma maneira de compreender o social de forma mais ampla, desvelando o “lado da sombra”, isto é, os ele-

mentos que não são captados num primeiro momento, o não dizível e não aparente. A biblioteca, a partir desse olhar da Teoria do Cotidiano poderia, então, iluminar as práticas, rotinas, normas do dia a dia que são exercidas cotidianamente na biblioteca, iluminando também as relações entre leitores e bibliotecários e entre eles mesmos. Essa teoria propiciaria à Biblioteconomia uma abertura na área, tendo em vista a apreensão do social de modo mais amplo, afastando-se dos modelos que buscam um afastamento da essência dos problemas, das ações cotidianas, de ações subjetivas, em vez do aparente e do objetivismo.

O pensamento marxista subsidia a discussão da Biblioteconomia e do comportamento da biblioteca no contexto da luta de classes pelos autores Silva e Silva (2010). Karl Marx desenvolveu este conceito de luta de classes demonstrando a diferença entre elas, uma classe minoritária que oprime e domina uma classe majoritária. A diferença entre as classes ocorre devido ao antagonismo – burguesia e proletariado – dentro da sociedade capitalista. A manutenção dessa distinção, do poder da classe dominante se dá por meio de instrumentos, estratégias, como o aparelho ideológico e aparelho repressivo. Os aparelhos ideológicos são desenvolvidos pelo Estado e, dentre eles a biblioteca. Conforme os autores, o desenvolvimento histórico das bibliotecas no Brasil revela que essa instituição fora notadamente voltada à elite desde seu início, pois a maioria ficava relegada ao plano inferior; configurando a biblioteca como um espaço distante da maioria que realmente precisa de informação e assistência, por isso “a biblioteca brasileira tem atuado como um aparelho ideológico do Estado reproduzindo as ideias da ideologia dominante” (SILVA; SILVA, 2010, p. 210). E, devido a esse distanciamento da biblioteca com a sociedade, acrescentam os autores, faz com que ela não seja reconhecida como uma instituição socialmente útil.

Para que haja uma mudança, os autores falam da necessidade de uma postura político-social mais atuante no contexto da luta de classes. O posicionamento da Biblio-

teconomia com relação à biblioteca perpassa por três critérios: formação acadêmica (curso superior); profissional e órgão de classe. Os autores tecem, assim, uma crítica na formação, que tem também servido a uma minoria brasileira, devendo haver uma abertura da área para além do livro e do usuário real, buscando outros suportes e os não-usuários, bem como outras atividades e ações culturais. O uso das tecnologias se insere nesse processo como mecanismo de mudança no trabalho do profissional, de modo que a Biblioteconomia e as bibliotecas possam atender as necessidades da sociedade, ou melhor, “a biblioteca é um instrumento de grande valor teórico-prático, mas precisa ser identificada em sua essência, tanto em seu caráter funcional, como institucional para se configurar efetivamente como útil a sociedade” (SILVA; SILVA, 2010, p. 204).

Araújo (2013) ao analisar a produção teórica da Biblioteconomia chegou à definição de cinco eixos: Funcionalismo; Crítica; Sujeitos; Representação; e, Contemporâneas, em que se destacam, neste último eixo, três grandes tendências: mediação, competência informacional e bibliotecas eletrônicas ou digitais. A definição desses eixos, em consonância com as correntes teóricas mais amplas das Ciências Sociais e Humanas, deriva da própria análise da produção discursiva da Biblioteconomia produzida a partir do século XX, que se revela complexa e plural. As características sobressalentes possibilitaram esses enquadramentos de autores e ideias dentro dos eixos explicitados, em que cada um desses eixos agrupa os discursos da Biblioteconomia, segundo as afinidades e problemáticas apontadas a local comum.

De modo mais detalhado, a perspectiva funcionalista, do primeiro eixo, embora privilegie “o pensamento voltado ‘para dentro’: para documentos e coleções guardadas nas bibliotecas; para as rotinas e dinâmicas das bibliotecas; e para as regras de catalogação e classificação das coleções”, o foco está concentrado no funcionamento, na melhor maneira de articular as funções das instituições e dispor seus acervos à sociedade onde a biblioteca se insere (ARAÚJO, 2013, p. 44). Desse modo, os estudos são vistos co-

mo uma espécie de um todo composto por várias partes, em que cada uma delas deve cumprir sua função para atender as necessidades de seus usuários em diferentes sociedades e épocas. O discurso do funcionalismo compreende também princípios iluministas, de acesso a todos os cidadãos e do conceito de eficácia, de que os investimentos devem reverberar na sociedade, pondo em questão a função das instituições. Araújo (2013) salienta que com as teorias funcionalistas na Biblioteconomia apresentam-se os adjetivos: “viva”, “dinâmica” e “ativa”, promovendo uma mudança na visão da biblioteca em contraponto à visão anterior de depositária de livros. Há inclusive uma aproximação com a teoria sistêmica, em que a biblioteca é vista como um sistema composto por subsistemas de entrada (seleção, aquisição, descrição, representação, organização e armazenamento); de saída (análise de questões, busca e recuperação e disseminação) e de avaliação (ARAÚJO, 2013).

O segundo eixo, a perspectiva crítica dos estudos, tem sua origem em oposição ao positivismo e ao funcionalismo, que se baseiam na ordem, no bom funcionamento das instituições e da sociedade, bem como na questão dos métodos quantitativos, que são substituídos pela dialética. Os estudos críticos estão fundamentados no conflito e nas tensões que estruturam a vida social, a qual é marcada pela historicidade e pelos contextos socioculturais. Na Biblioteconomia, os estudos críticos além de questionar esse olhar funcionalista passaram, também, a criticar o modelo patrimonialista das bibliotecas, de guarda e conservação dos livros. Essa perspectiva se encontra calcada na denúncia de processos de dominação, de ações ideológicas ocultas por detrás de práticas tidas ‘neutras’, no questionamento sobre as reais necessidades e nos enquadramentos culturais promovidos. A manifestação da área na literatura começou a se tornar mais presente com os processos de redemocratização após as ditaduras militares nos países de terceiro mundo. Os autores passaram a escrever sobre a importância do desenvolvimento do conjunto de práticas voltadas às populações marginalizadas (como extensão bibliotecária,

carros-biblioteca, serviço de caixa-estante); ações que promoveriam o acesso ao livro, e de manifestações como “ação cultural” e “animação cultural” (ARAÚJO, 2013). Ainda nessa perspectiva, conceitos basilares como biblioteca e bibliotecário são reformulados, assumindo denominações como “centros de cultura”, “agente ativo”, assim como as discussões a partir da teoria marxista, que vem sendo realizadas pelo Grupo de Pesquisa sobre o escrito e o documento na França.

Dentro do terceiro eixo, nomeado de estudos dos sujeitos, estão os estudos sobre os usuários, vistos como sujeitos ativos e não como sujeitos passivos, meros receptáculos de informação, conforme a abordagem funcionalista e a crítica que se centrava na ação das bibliotecas sobre a sociedade (ARAÚJO, 2013). Efetivamente, os estudos direcionados à compreensão da utilização dos recursos informacionais e dos hábitos de leitura datam de 1930, com os “estudos de comunidades”, estudos que privilegiavam determinados grupos sociais tomados em seus conjuntos. O aumento dos estudos como meio de avaliação e diagnóstico dos serviços ou mesmo instrumentos para o planejamento de bibliotecas passou a ser conhecido como “estudos de uso”, indo ao encontro do desenvolvimento de treinamentos e educação dos usuários junto aos recursos e instituições. Contudo, a partir da década de 1980 entram em cena os estudos efetivamente de usuários, pois se voltam ao “comportamento informacional” e às necessidades de busca e uso da informação, segundo a lacuna de conhecimento percebida por eles. Ainda mais recentemente, a partir da década de 1990, os estudos se concentram nas práticas informacionais dos sujeitos históricos inseridos em seus diversos contextos. Podem ser encontrados estudos de usuários dirigidos às questões de usabilidade, acessibilidade e ergonomia (ARAÚJO, 2013).

Os estudos sobre representação, quarto eixo, voltados à descrição e organização estão na origem da fundação do campo da Biblioteconomia; as regras de catalogação e classificação despontam sobremaneira no cenário do século XIX, nomeada de época

área. Dentro desse eixo, diversos foram os trabalhos na área da catalogação como os instrumentos de descrição dos registros bibliográficos, controle de autoridade, pontos de acesso, formato para intercâmbio de informações automatizadas. Na área da classificação, houve também uma variedade de publicações ao longo dos séculos, como as classificações bibliográficas e as classificações facetadas. Segundo Araújo (2013), a classificação facetada de Ranganathan modificou o processo classificatório ao introduzir o conceito de “faceta”, que garantiu maior flexibilidade e poder de síntese, agrupamento de vários componentes à especificação do assunto. As linguagens de indexação, tesouros e lista de cabeçalhos de assuntos, bem como a teoria do conceito constituíram o foco de desenvolvimento dentro desse eixo.

As perspectivas contemporâneas refletem a tentativa de superação dos modelos voltados à compreensão das funções sociais, dos conflitos sociais, das apropriações dos sujeitos e dos efeitos de sentido gerados por seus acervos e técnicas aplicadas (ARAÚJO, 2014). Segundo o autor, na Biblioteconomia, as perspectivas contemporâneas são expressas em três grandes tendências: mediação, competência informacional e tecnologia da informação. Todas essas tendências têm em comum a mudança da biblioteca para uma instituição cada vez mais dinâmica, responsável pela transferência da informação, assim como pelo uso dessa informação pelos usuários, que de sujeitos passivos são vistos como construtores de informação. A mediação não é vista como uma atividade neutra do bibliotecário, mas como uma interferência intencional do profissional. O discurso da competência informacional se estrutura em torno de quatro aspectos: sociedade da informação, teorias construtivistas, tecnologia da informação e no papel do bibliotecário. A tecnologia da informação trouxe para o campo da Biblioteconomia novas bibliotecas, como as eletrônicas e as digitais, que reconfiguram produtos e serviços.

Essas abordagens contemporâneas demonstram que a Biblioteconomia se mostrou “dinâmica e flexível em direção a novas abordagens e capaz de se adaptar às condi-

ções históricas, culturais, epistemológicas e tecnológicas contemporâneas” (ARAÚJO, 2013, p.56). Em síntese, a produção desenvolvida ao longo do século XX demonstra um distanciamento do âmbito concreto das instituições (dos acervos, das técnicas e das instituições) e das fronteiras rígidas estabelecidas pelo modelo hegemônico no século anterior, indo na direção de maior abstração e complexidade da análise dos fenômenos biblioteconômicos (ARAÚJO, 2013, 2014). Revela-se, ainda, que essa sistematização da Biblioteconomia está longe de ser exaustiva, pois muitos autores e perspectivas poderiam ter sido levantados, analisados e tensionados.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pretendeu esgotar as múltiplas possibilidades de relações da Biblioteconomia com as Ciências Sociais e Humanas, mas demonstrar algumas dessas conexões e, sobretudo, instigar, motivar, sensibilizar a importância de pensar para além do que é tido como natural. As Ciências Sociais possibilitam, justamente, essa “desnaturalização” do que é tido como natural; indivíduos e sociedades são construções e constroem significados sociais e podem ser “vistos de diversos ângulos” ou “olhares sociológicos”. Segundo Giddens (1999) essa proliferação de tradições teóricas é um modo de evitar o dogmatismo alimentado pelo apego único a um esquema único de pensamento, uma clara crítica à redução das Ciências Sociais aos modelos das ciências naturais e exatas como queria o positivismo. Ademais, conforme Salcedo e Cruz (2017) tanto o positivismo quanto o empirismo e o racionalismo radicalizaram essa cisão entre teoria e prática, mas, que não devem ser vistas como dissociáveis, antagônicas ou constituintes de polos distintos de uma realidade bipartida. Teoria e prática são complementares, se enlaçam, se somam, articulam-se na busca de uma compreensão mais harmoniosa de uma realidade complexa e dinâmica. E os modelos científicos em comunhão com a Biblioteconomia possibilitariam esse caminhar prático-reflexivo-teórico, contribuindo para a

(re)significação constante entre a teoria e prática daquele campo científico.

Espera-se que mais trabalhos possam ser continuamente realizados tendo como mote as conexões entre conceitos e teorias das Ciências Sociais e Humanas. Uma discussão que precisa ser constante retomada para o fortalecimento e uma maior clareza da Biblioteconomia como Ciência Social, para além da apreensão institucional desse campo como “Ciência Social Aplicada”, conforme as agências de pesquisa – CNPq e CAPES, por exemplo – classificam em seus documentos como “tabela de área do co-

nhecimento”. Por fim, pensar a Biblioteconomia como um dos campos que compõe o ramo das Ciências Sociais implica em caminhar numa direção sistemática pela busca da compreensão, explicação e interpretação dos fenômenos humanos, das relações sociais, dos processos de interação subjetiva e intersubjetiva entre os sujeitos, bem como deve assumir os estudos que dizem respeito aos fenômenos informacionais que ocorrem dentro e fora das bibliotecas ou “equipamentos culturais” inseridos em uma determinada realidade social.

CURRENT THINKING OF SOCIAL AND HUMAN SCIENCES: Union to the Librarianship

Abstract

Scientific knowledge has certain characteristics that distinguish it from other kinds of knowledge. The historicity of science also reveals certain characteristics of science, with emphasis, in this work, in the Social Sciences and Humanities. The link of librarianship with the Human Social Sciences is revealed from studies that sought this meeting between different currents of thought. Currents of thought, discussed by several authors, marking the plurality of reality seizures and approaches with librarianship. Thus, the objective is to clear the insertion of librarianship within this broader classification "Social Sciences", so that this field of knowledge can be strengthened from the theoretical and epistemological model of Social and Human Sciences. It is hoped that more work will be done in this direction to summon the theoretical and conceptual studies of the field of Librarianship in dialogue with the Social and Human Sciences.

Keywords

Librarianship. Scientific knowledge. Social and Human Sciences.

Artigo recebido em 18/01/2017 e aceito para publicação em 14/05/2017

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência como forma de conhecimento. **Ciência e cognição**, v.8, 2006, p. 127-142.

_____. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

_____. Correntes teóricas da biblioteconomia. **Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 9, p. 41-58, 2013.

CASTRO, César Augusto. Teoria do cotidiano e Biblioteconomia. **Transinformação**, v.7, n.1/2/3, jan./dez., 1995.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. 12.ed. São Paulo: Ática, 1999.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 277p.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.

DELGADO LÓPEZ-COZAR, Emilio. **La investigación en Biblioteconomía y Documentación**. Gijón: Trea, 2002.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas**. São Paulo: Loyola, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2011.

- IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, n. 13, v. 5, junho de 1990.
- LALLEMENT, M. **História das ideias sociológicas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LEVINE, Donald. **Visões da tradição sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LIMA, Ademir Benedito Alves de. **Aproximação crítica a teoria dos estudos de usuários de biblioteca**. Londrina: EMBRAPA - CNPSO, 1994.
- LINCOLN, Y.; GUBA, E. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S.; NETZ, S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MOSTAFA, Solange Puntel. Ainda sobre Metodologia. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.15, n.2, p.171-201, set. 1986.
- _____; LIMA, Admir; MARANON, Eduardo. Paradigmas teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.21, n.3, p. 216-222, set./dez. 1992.
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L.; OLIVEIRA, M. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2009.
- SANDER, Suzana. Elementos histórico-teóricos para la indagación de la estructura teórica de la Bibliotecología. **Investigación bibliotecológica**, v. 3, n.6, 1989.
- SALCEDO, Diego; CRUZ, Marcílio Bezerra. Biblioteconomia, Ciência e Filosofia: um debate necessário sobre teoria e prática no campo acadêmico-científico. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v.27, n.1, p. 47-58, jan./abr. 2017.
- SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 160 p.
- SEQUEIRA ORTIZ, D. **La Bibliotecología como ciencia**. San José: Publitex, 1988.
- SILVA, Jonathan L. C.; SILVA, Roosevelt L. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em questão**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 203-217, jul./dez. 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de Ciências Sociais**, 63, outubro de 2002.
- TANUS, Gabrielle Francinne de S.C. **Saberes científicos da Biblioteconomia em diálogo com as Ciências Sociais e Humanas**. 2016. 233f. Tese (doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.
- VILA NOVA, Sebastião. Quantas Sociologias? **Ciências, humanidades e letras**, Pernambuco, ano 3, número especial, 1999.